

**CONCURSO PÚBLICO**  
**N.º 28/CP/AT/2023**

**PROGRAMA DO CONCURSO**

**Autoridade Tributária e Aduaneira**

**AQUISIÇÃO DE UM MODELO DE LICENCIAMENTO EMPRESARIAL (ELA-ENTERPRISE LICENSING AGREEMENT), PARA LICENCIAMENTO, SUBSCRIÇÃO E SUPORTE DE SOFTWARE, EVOLUÇÃO DOS EQUIPAMENTOS MAINFRAME E MANUTENÇÃO DE HARDWARE, PARA 3 ANOS (2024 - 2026), REPARTIDA POR:**

- LOTE 1 – LICENCIAMENTO, SUBSCRIÇÃO E SUPORTE DE SOFTWARE;**
- LOTE 2 – EVOLUÇÃO DOS EQUIPAMENTOS MAINFRAME E MANUTENÇÃO DE HARDWARE.**

**ÍNDICE**

<b>CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS .....</b>	<b>3</b>
Artigo 1º Identificação do concurso.....	3
Artigo 2º Entidade adjudicante .....	3
Artigo 3º Órgão que tomou a decisão de contratar .....	3
Artigo 4º Fundamento do procedimento.....	4
Artigo 5º Esclarecimentos, erros e omissões e retificações .....	4
Artigo 6º Impedimentos .....	5
<b>CAPÍTULO II PROPOSTAS .....</b>	<b>5</b>
Artigo 7º Modo e prazo de apresentação das propostas .....	5
Artigo 8º Requisitos e documentos para apresentação de proposta .....	6
Artigo 9º Propostas variantes.....	7
Artigo 10º Negociação .....	7
<b>CAPÍTULO III - AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS .....</b>	<b>7</b>
Artigo 11º Critério de adjudicação .....	7
Artigo 12º Critério de desempate .....	7
<b>CAPÍTULO IV - HABILITAÇÃO E CELEBRAÇÃO DO CONTRATO .....</b>	<b>8</b>
Artigo 13º Documentos de habilitação .....	8
Artigo 14º Caução .....	9
Artigo 15º Redução do contrato a escrito.....	9
Artigo 16º Encargos.....	9
Artigo 17º Legislação aplicável .....	9

## **CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS**

### **Artigo 1º Identificação do concurso**

1. O presente concurso público, com a referência n.º 28/CP/AT/2023, tem por objeto a formação do contrato para aquisição de um modelo de licenciamento empresarial (ELA-Enterprise Licensing Agreement), para Licenciamento, Subscrição e Suporte de Software, Evolução dos Equipamentos Mainframe e Manutenção de Hardware, ou seja, de todos os produtos IBM em uso na AT para 3 anos (2024 - 2026), repartida por dois lotes, como seguidamente se descreve, nos termos previstos no caderno de encargos do presente concurso:
  - a) Lote 1 - Licenciamento, Subscrição e Suporte de Software;
  - b) Lote 2 - Evolução dos Equipamentos Mainframe e Manutenção de Hardware;
2. A descrição do objeto obedece à seguinte classificação CPV (Common Procurement Vocabulary), de acordo com o Regulamento (CE) n.º 213/2008 da Comissão, de 28 de Novembro de 2007, que alterou o Regulamento (CE) n.º 2195/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho:
  - a) Lote 1 – Licenciamento, Subscrição e Suporte de Software: CPV 48000000-8 Pacotes de software e sistemas de informação;
  - b) Lote 2 – Evolução dos Equipamentos Mainframe e Manutenção de Hardware: CPV 50312100-6 Manutenção e reparação de computadores mainframe.

### **Artigo 2º Entidade adjudicante**

1. A Entidade Adjudicante é o Estado Português, através da Autoridade Tributária e Aduaneira do Ministério das Finanças, adiante designada por AT, com o NIF 600084779, sito na Rua da Prata, n.º 20 e 22 – 1149-027 Lisboa.
2. Os contactos para todas as formalidades respeitantes ao presente concurso são assegurados através da plataforma eletrónica <https://community.vortal.biz/sts/Login>.
3. O processo do concurso pode ser consultado na plataforma eletrónica <https://community.vortal.biz/sts/Login> utilizada pela AT, e encontra-se patente na Direção de Serviços de Contratação Pública e Logística – Divisão de Contratação, sita na Rua da Prata, n.º 20 e 22 – 1149-027 Lisboa, onde pode ser examinado, das 09h00 às 13h00 horas e das 14h00 às 17h00 horas, desde o dia da publicação do respetivo anúncio.

### **Artigo 3º Órgão que tomou a decisão de contratar**

1. A despesa relativa à presente aquisição de serviços foi autorizada pelo Conselho de Ministros através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 141/2023, de 9 de novembro, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 221 de 15 de novembro.

2. Pela mesma Resolução foram delegadas competências no membro do Governo responsável pela área das finanças, com a faculdade de subdelegação, para a prática de todos os atos subsequentes a realizar no âmbito da referida resolução.
3. A decisão de contratar foi tomada pela Diretora –Geral da AT, por despacho de 05-12-2023, exarado na informação n.º 1295/DC/AT/2023, de 04-12-2023, relativa ao processo GPS 691020236912010527, no uso de competência subdelegada do Ministro das Finanças, pelo Despacho n.º 12342/2023, de 16 de novembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 233, de 4 de dezembro.

#### **Artigo 4º Fundamento do procedimento**

A escolha do procedimento por concurso público, com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, fundamenta-se nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, adiante designado por CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, aplicando-se-lhe o disposto no artigo 130º e seguintes.

#### **Artigo 5º Esclarecimentos, erros e omissões e retificações**

1. Os pedidos de esclarecimento de quaisquer dúvidas surgidas na interpretação das peças patenteadas devem ser apresentados, por escrito, na plataforma eletrónica Vortal Vision, através do endereço <https://community.vortal.biz/sts/Login>, utilizada pela AT, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das candidaturas.
2. Até ao termo do prazo referido no número anterior, os interessados devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões das peças do concurso por si detetados, nos termos do artigo 50.º do CCP.
3. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso são da competência do júri do concurso e são prestados, por escrito, através da plataforma eletrónica, na mesma funcionalidade referida no número anterior, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
4. O júri, designado pelo despacho referido no artigo 3.º do presente programa do concurso, terá a seguinte composição:
  - a) Presidente: Duarte Nuno Modesto Silva, Diretor de Serviços da DSCPL<sup>1</sup>
  - b) 1.º Vogal: Maria José Grazina, Chefe de Equipa Multidisciplinar de 2.º Nível do NSC<sup>2</sup>
  - c) 2.º Vogal: Maria do Céu Sales, Técnica Superior da DC<sup>3</sup>.
  - d) 3.º Vogal: Fernanda Santos Cunha, Chefe de Equipa Multidisciplinar de 1.º Nível da AAP<sup>4</sup>

<sup>1</sup> Direção de Serviços de Contratação Pública e Logística da AT

<sup>2</sup> Núcleo Sistema Central da Área de Administração de Plataformas

<sup>3</sup> Divisão de Contratação da Direção de Serviços de Contratação Pública e Logística

- e) 4.º Vogal: Ana Filipa Reis, Chefe de Divisão da DC;
  - f) 1.ª Vogal Suplente: Carlos Costa Santos, Chefe de Equipa Multidisciplinar de 2.º Nível do NSD<sup>5</sup>
  - g) 2.º Vogal Suplente: Maria José Neves, Técnica Superior da DC
5. Simultaneamente com a comunicação dos esclarecimentos e retificações aos interessados que os solicitaram, juntar-se-á cópia dos mesmos às peças patenteadas no concurso e proceder-se-á à sua disponibilização na identificada plataforma eletrónica utilizada pela AT.
  6. Os esclarecimentos e as retificações referidos nos números anteriores fazem parte das peças do concurso e prevalecem sobre estas em caso de divergência.
  7. O presidente do júri, nas suas faltas ou impedimentos, é substituído pelo 1.º vogal efetivo

#### **Artigo 6º Impedimentos**

1. Não podem ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento as entidades que se encontrem em qualquer das situações de impedimento referidas no artigo 55.º do CCP, salvo relevação dos impedimentos de acordo com o artigo 55º - A do CCP.
2. A verificação de qualquer uma das situações previstas no artigo 55º do CCP, salvo relevação dos impedimentos de acordo com o artigo 55º - A do CCP, relativamente a qualquer dos concorrentes ou, no caso de agrupamentos concorrentes, a qualquer dos seus membros determina a imediata exclusão da proposta apresentada, seja qual for a fase em que o procedimento se encontre e, quanto a agrupamentos, mesmo que a irregularidade não se verifique em relação aos demais elementos que os integram.

### **CAPÍTULO II PROPOSTAS**

#### **Artigo 7º Modo e prazo de apresentação das propostas**

1. A apresentação da proposta para cada lote deverá ser realizada de forma eletrónica, nos termos do n.º 1 do artigo 62.º do CCP, devendo cumprir com o disposto nas alíneas seguintes:
  - a) Data limite de entrega: até às 17H00, do 15.º dia a contar da data de envio do anúncio ao Serviço de Publicações Oficiais da União Europeia para publicação, nos termos previstos no n.º 1 do artigo 136.º do CCP.
  - b) Prazo validade das propostas: 120 dias
  - c) A entrega das propostas do presente procedimento será efetuada na plataforma de contratação acessível através do endereço <https://community.vortal.biz/sts/Login>
2. A proposta deve ser assinada eletronicamente, utilizando uma assinatura eletrónica qualificada.

---

<sup>4</sup> Área de Administração de Plataformas

<sup>5</sup> Núcleo Sistemas Distribuídos da Área de Administração de Plataformas

3. Nos casos em que o certificado digital utilizado não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de representação do concorrente deve ser submetido na plataforma documento eletrónico oficial comprovativo do seu poder de representação.
4. Os concorrentes devem prever o tempo necessário para a inserção das propostas e documentos que as acompanham, bem como para a sua assinatura eletrónica, em função do tipo de acesso à Internet de que dispõe, uma vez que todo esse processo só será permitido até à hora referida no número anterior.

### **Artigo 8º Requisitos e documentos para apresentação de proposta**

1. A proposta deve ser apresentada de modo a conter os termos, condições e atributos requeridos para cada lote, designadamente:
  - a) Preço total da proposta para cada lote a que concorre, considerando 3 anos económicos (2024 a 2026) de execução contratual;
  - b) Atributos, termos e condições específicos do lote 1:
    - i) Valores unitários de MSU's por produto MLC para o SW de Lisboa e Porto;
    - ii) Valor do MLC mensal e para 3 anos económicos (2024 a 2026) em função da estimativa da capacidade instalada para Datacenter de Lisboa e Datacenter do Porto.
  - c) Atributos, termos e condições específicos do lote 2:
    - i) Valor total da evolução dos sistemas centrais do centro de dados Primário (Lisboa) e Secundário (Porto) para 3 anos económicos (2024 a 2026), de acordo com o **Anexo 2** do caderno de encargos.
    - ii) Valor unitário mensal da manutenção de cada equipamento de HW de Lisboa e do Porto, constantes do Anexo 2 ao Caderno de Encargos.
    - iii) Valor global para 3 anos económicos (2024 a 2026) da manutenção do conjunto de equipamentos de HW de Lisboa e do Porto
    - iv) Condições e requisitos de manutenção de HW;
2. A proposta deve ser constituída pelos seguintes documentos:
  - a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), previsto no n.º 6 do artigo 57º do CCP, conforme modelo **Anexo I** do programa;
  - b) Documentos comprovativos da vinculação dos subscritores, da proposta e da declaração prevista na alínea anterior, à forma de obrigar, prevista para o concorrente em apreço (certidão permanente, contrato de consorcio, procuração), observado o n.º 4 e n.º 5 do artigo 57.º do CCP.
  - c) Documentos do concorrente que contenha os atributos, termos e condições previstos no n.º 1 do presente artigo, para cada lote a que concorre.
  - d) Quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do CCP.

3. Todos os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa com exceção dos documentos que contenham especificações técnicas que poderão ser redigidos em língua inglesa, nos termos do n.º 2 do art.º 58.º do CCP.
4. Não serão admitidas a cada lote as propostas que não cumpram, total ou parcialmente, termos e condições e/ou atributos previstos no presente artigo para o respetivo lote.
5. Os preços são indicados em euros, não incluindo o imposto sobre o valor acrescentado (IVA) e devem ser apresentados com arredondamento a duas casas decimais.
6. Qualquer classificação de documentos que constituem a proposta deve ser previamente requerida pelos interessados, nos termos do artigo 66.º do CCP.

#### **Artigo 9º Propostas variantes**

Não são admitidas as propostas que envolvam alterações das cláusulas do Caderno de Encargos, nem a apresentação de variantes, nos termos do n.º 7 do artigo 59.º do CCP.

#### **Artigo 10º Negociação**

As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

### **CAPÍTULO III - AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS**

#### **Artigo 11º Critério de adjudicação**

A adjudicação será feita por lote, segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa determinada pela modalidade monofator, densificado pelo fator preço enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar, nos termos da al. b) do n.º 1 do art.º 74.º do CCP..

#### **Artigo 12º Critério de desempate**

1. No caso de se verificarem situações de empate na classificação das propostas no mesmo lote utilizar-se-ão os seguintes critérios de desempate pela ordem de aplicabilidade a seguir apresentada:

<b>Lote</b>	<b>Critério de desempate</b>	<b>Prevalência</b>
Lote 1	Menor valor global, para 3 anos económicos (2024 a 2026) do MLC da infraestrutura existente no Datacenter de Lisboa	1.º
	Menor valor global, para 3 anos económicos (2024 a 2026) referente a Software S&S (Subscription & Support)	2.º

<b>Lote</b>	<b>Critério de desempate</b>	<b>Prevalência</b>
Lote 2	Menor valor para 3 anos económicos (2024 a 2026) da manutenção do mainframe do Centro de dados primário e secundário	1.º
	Menor valor para evolução dos sistemas centrais	2.º

2. No caso de empate ainda se verificar na classificação final das propostas, para cada lote, o desempate de propostas será efetuado por sorteio de acordo com o estabelecido na alínea c) do n.º 5 do artigo 74º do CCP, a desenrolar presencialmente com o júri do concurso e com os interessados, em data, hora e local a comunicar com a antecedência mínima de três dias, do qual será lavrada ata para todos os presentes. O sorteio realizar-se-á através de extração direta de cupões com a designação dos concorrentes admitidos cujas propostas têm o mesmo preço. A ordem de extração dos cupões corresponderá à ordenação das respetivas propostas dos concorrentes admitidos.

## **CAPÍTULO IV - HABILITAÇÃO E CELEBRAÇÃO DO CONTRATO**

### **Artigo 13º Documentos de habilitação**

1. O adjudicatário deve apresentar, na plataforma <https://community.vortal.biz/sts/Login>, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação da adjudicação:
  - a) Declaração prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos;
  - b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º (nomeadamente certidões da autoridade tributária, da segurança social e registos criminais da pessoa coletiva e dos titulares de órgão de administração e/ou gerência) do CCP;
  - c) Certidão comercial atualizada;
  - d) Comprovativo de registo no RCBE (Registo Central de Beneficiário Efetivo), para cumprimento da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto.
2. Quando os documentos de habilitação exigidos se encontrem disponíveis na internet o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio onde aqueles documentos podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, nos termos do n.º 2 do artigo 5.º da Portaria 372/2017, de 14/12.
3. Com o consentimento do adjudicatário, nos termos da lei, a entidade adjudicante consulta a informação relativa a qualquer dos documentos referidos no número anterior, estando dispensada a sua apresentação nos termos do n.º 1. Para esse efeito, informa-se que a AT é detentora do NIPC n.º 600084779, podendo com esse número o cocontratante formalizar o consentimento junto da entidade competente para tal.
4. O adjudicatário não tem de apresentar os documentos previstos na alínea b) do n.º 1 do artigo 81.º se estiver registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado, nos termos do disposto no n.º 10 do art.º 81.º do CCP.
5. Nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP, pode ser concedido um prazo adicional de 3 dias úteis para supressão de irregularidades detetadas nos documentos de habilitação apresentados.



#### **Artigo 14º Caução**

1. Nos termos do artigo 77.º do CCP, e atendendo ao estipulado no artigo 88.º e seguintes do mesmo diploma, o(s) adjudicatário(s) deverá(ão) prestar caução, no prazo de 10 dias úteis a contar da notificação da decisão de adjudicação, no valor de 5% do preço contratual, destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais.
2. A caução referida no número anterior deve ser prestada mediante um dos seguintes modelos:
  - a) Por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado Português, nos termos do modelo constante no **Anexo II** do presente programa;
  - b) Mediante garantia bancária ou seguro-caução, nos termos dos modelos constantes nos **Anexos III e IV**, respetivamente, deste programa, sobretudo no que concerne à prestação de garantias *on first demand* (garantia pagável à primeira interpelação sem reservas).
3. Pode ser concedido um prazo adicional de 3 dias úteis para supressão de irregularidades detetadas nos documentos da caução apresentados.

#### **Artigo 15º Redução do contrato a escrito**

O(s) contrato(s) será(ão) reduzido(s) a escrito conforme previsto nos termos do presente programa, sendo os respetivos encargos suportados pelo adjudicatário.

#### **Artigo 16º Encargos**

São encargos do adjudicatário as despesas e encargos com a prestação e manutenção da caução, assim como as inerentes à celebração do contrato incluindo os emolumentos decorrentes da fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas.

#### **Artigo 17º Legislação aplicável**

Em tudo o que não estiver previsto no presente programa do procedimento, bem como no caderno de encargos será aplicável o Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redacção actual, e respectiva legislação regulamentar.

#### **ANEXOS:**

- I. DEUCP (19 páginas)
- II. Modelo de depósito em dinheiro (1 página)
- III. Modelo de garantia bancária (2 páginas)
- IV. Modelo de seguro-caução (1 Página)



## Viewing service Procurement Documents

### Terms & Conditions

#### **Parte I: Informações relativas ao procedimento de contratação e à autoridade ou entidade contratante**

##### Informações sobre a publicação ▼

Em relação aos procedimentos de contratação para os quais tenha sido publicado um anúncio de concurso no Jornal Oficial da União Europeia, as informações exigidas na Parte I serão automaticamente recuperadas, desde que o DEUCP tenha sido preenchido utilizando o serviço DEUCP em linha. Referência do anúncio relevante publicado no jornal oficial da União Europeia:  
Número do aviso recebido

Número do anúncio no índice do JO:

URL do JO

()

National Official Journal

Caso não seja publicado um anúncio de concurso no Jornal Oficial da União Europeia, ou se tal publicação não for obrigatória, a autoridade adjudicante ou a entidade adjudicante deve preencher as informações que permitam identificar de forma inequívoca o procedimento de contratação (por exemplo, a referência da publicação a nível nacional)

##### Identidade do adquirente ▼

Nome oficial:

Autoridade Tributária e Aduaneira

País:

Portugal

## Informações sobre o procedimento de contratação ▼

Type of procedure

Open procedure

Título:

Aquisição de um modelo de licenciamento empresarial (ELA-Enterprise Licensing Agreement)

Descrição sucinta:

Aquisição de um modelo de licenciamento empresarial (ELA-Enterprise Licensing Agreement), para Licenciamento, Subscrição e Suporte de Software, Evolução dos Equipamentos Mainframe e Manutenção de Hardware, para 3 anos (2024 - 2026), repartida por:

- Lote 1 - Licenciamento, Subscrição e Suporte de Software;
- Lote 2 - Evolução dos Equipamentos Mainframe e Manutenção de Hardware

Número de referência atribuído ao processo pela autoridade contratante ou pela entidade contratante (caso aplicável):

28/CP/AT/2023

## Parte II: Informações sobre o operador económico

### A: Informações sobre o operador económico ▼

Nome:

Rua e número:

Código postal:

Localidade:

País:

---

Endereço Internet (sítio web) (se aplicável):

Correio eletrónico:

Telefone:

Pessoa ou pessoas a contactar:

Número de IVA, se aplicável:

Se o número de IVA não for aplicável, indicar outro número de identificação nacional, quando necessário e se for aplicável

O operador económico é uma micro, uma pequena ou uma média empresa? ⓘ

Sim  Não

Apenas no caso de contratos reservados: o operador económico é uma entidade cujo objetivo é a integração social ou profissional, uma «empresa social» ou prevê a execução do contrato no quadro de programas de emprego protegido?

Sim  Não

Qual a percentagem correspondente de trabalhadores com deficiência ou desfavorecidos?

Se necessário, queira especificar a que categoria ou categorias específicas de trabalhadores com deficiência ou desfavorecidos pertencem os empregados

Se for caso disso, o operador económico encontra-se inscrito numa lista oficial de operadores económicos aprovados ou dispõe de certificação equivalente (por exemplo, no âmbito de um sistema de (pré-)qualificação)?

Sim  Não

Responder às outras partes da presente secção, à secção B e, caso necessário, à secção C, da presente parte, preencher a parte V, se for caso disso, e, em todo o caso, preencher e assinar a parte VI.

a) Queira indicar o número de registo ou de certificação relevante, se aplicável:

b) Se o certificado de inscrição ou a certificação puderem ser obtidos por via eletrónica, indicar:

c) Indicar as referências em que se baseia a inscrição ou a certificação e, se for caso disso, a classificação obtida na lista oficial:

d) A inscrição ou a certificação abrange todos os critérios de seleção necessários?

Sim  Não

Preencher também as informações em falta na parte IV, secções A, B, C ou D, consoante o caso, UNICAMENTE se tal for exigido no anúncio ou nos documentos do concurso relevantes

e) Pode o operador económico apresentar um certificado relativo ao pagamento das contribuições para a segurança social e dos impostos ou prestar informações que permitam à autoridade contratante ou entidade contratante obtê-lo diretamente através de uma base de dados nacional em qualquer Estado-Membro e que possa ser consultada gratuitamente?

Sim  Não

Se a documentação pertinente puder ser obtida por via eletrónica, indicar:

O operador económico participa no procedimento de contratação conjuntamente com outros operadores?

Sim  Não

Queira assegurar que as outras partes interessadas preenchem um formulário DEUCP distinto.

a) Indicar o papel do operador económico no grupo (chefe do grupo, responsável pela execução de tarefas específicas...):

b) Indicar os outros operadores económicos que participam conjuntamente no procedimento de contratação:

c) Nome do grupo participante, se aplicável:

Quando aplicável, indicação do(s) lote(s) aos quais o operador económico pretende concorrer:

## B: Informações sobre os representantes do operador económico #1 ▼

Se aplicável, indicar o(s) nome(s) e endereço(s) da(s) pessoa(s) habilitada(s) a representar o operador económico para efeitos do presente procedimento de contratação:

Nome próprio

Apelido

Data de nascimento

Local de nascimento

Rua e número:

Código postal:

Localidade:

País:

---

Correio eletrónico:

Telefone:

Cargo/Agindo na qualidade de:

Caso necessário, fornecer informações pormenorizadas sobre a representação (forma assumida, dimensão, efeito...):

**C: Informações sobre o recurso às capacidades de outras entidades** ▼

O operador económico depende das capacidades de outras entidades para preencher os critérios de seleção estabelecidos na parte IV, bem como os (eventuais) critérios e regras indicados na parte V?

Sim  Não

Queira apresentar um formulário DEUCP separado com as informações exigidas nas secções A e B da presente parte e na parte III para cada uma das entidades envolvidas, devidamente preenchidos e assinados por essas mesmas entidades.

Queira notar que essas informações devem também incluir quaisquer técnicos ou serviços técnicos não diretamente integrados na empresa do operador económico, em particular os responsáveis pelo controlo da qualidade e, no caso dos contratos de empreitada de obras públicas, dos técnicos ou dos serviços técnicos a quem o operador económico poderá recorrer para executar as obras.

Na medida em que forem relevantes para efeitos da(s) capacidade(s) específica(s) a que o operador económico irá recorrer, queira incluir as informações exigidas nas partes IV e V em relação a cada uma das entidades envolvidas.

**D: Informações sobre os subcontratantes a cujas capacidades o operador económico não irá recorrer** ▼

(Esta secção só deverá ser preenchida se a informação em causa for explicitamente exigida pela autoridade ou entidade contratante.)

O operador económico tem a intenção de subcontratar alguma parte do contrato a terceiros?

Sim  Não

Em caso afirmativo e na medida em que sejam conhecidos, queira apresentar uma lista dos subcontratantes propostos:

Se a autoridade ou entidade contratante solicitar expressamente essas informações para além das informações previstas na Parte I, queira apresentá-las nas secções A e B da presente parte e na Parte III para cada (categoria de) subcontratante em causa.

**Parte III: Motivos de exclusão****A: Motivos relacionados com condenações penais** ▼

**O artigo 57.º, n.º 1, da Diretiva 2014/24/UE enumera os seguintes motivos de exclusão:****Participação numa organização criminosa**

O operador económico ou qualquer pessoa que seja membro do seu órgão de administração, direção ou supervisão ou que tenha poderes de representação, decisão ou controlo nesse âmbito foi condenado por sentença transitada em julgado por participação numa organização criminosa, objeto de uma condenação proferida há cinco anos, no máximo, ou de um período de exclusão estabelecido diretamente na condenação e que continua a ser aplicável? Na aceção do artigo 2.º da Decisão-Quadro 2008/841/JAI do Conselho, de 24 de outubro de 2008, relativa à luta contra a criminalidade organizada (JO L 300 de 11.11.2008, p. 42).

Queira inserir a sua resposta  Sim  Não

Data da condenação

Justificação

Quem foi condenado

Na medida em que tal seja estabelecido diretamente na condenação, qual a duração do período de exclusão?

Tomou medidas para demonstrar a sua própria fiabilidade («limpeza automática»)   
Sim  Não

Queira descrever essas medidas

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?  Sim  Não

URL

Código

Emitente

**Corrupção**

O operador económico ou qualquer pessoa que seja membro do seu órgão de administração, direção ou supervisão ou que tenha poderes de representação, decisão ou controlo nesse âmbito foi condenado por sentença transitada em julgado por corrupção, objeto de uma condenação proferida há cinco anos, no máximo, ou de um período de exclusão estabelecido diretamente na condenação e que continua a ser aplicável? Na aceção do artigo 3.º da Convenção relativa à luta contra a corrupção em que estejam implicados funcionários das Comunidades Europeias ou dos Estados-Membros da União Europeia (JO C 195 de 25.6.1997, p. 1) e do artigo 2.º, n.º 1, da Decisão-Quadro 2003/568/JAI do Conselho, de 22 de julho de 2003, relativa ao combate à corrupção no setor privado (JO L 192 de 31.7.2003, p. 54). Este motivo de exclusão inclui também a corrupção conforme definida na legislação nacional da autoridade contratante (entidade contratante) ou do operador económico.

Queira inserir a sua resposta  Sim  Não

Data da condenação

Justificação

Quem foi condenado

Na medida em que tal seja estabelecido diretamente na condenação, qual a duração do período de exclusão?

Tomou medidas para demonstrar a sua própria fiabilidade («limpeza automática»)   
Sim  Não

Queira descrever essas medidas

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?  Sim  Não

URL

Código

Emitente

### Fraude

O operador económico ou qualquer pessoa que seja membro do seu órgão de administração, direção ou supervisão ou que tenha poderes de representação, decisão ou controlo nesse âmbito foi condenado por sentença transitada em julgado por fraude, objeto de uma condenação proferida há cinco anos, no máximo, ou de um período de exclusão estabelecido diretamente na condenação e que continua a ser aplicável? Na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à proteção dos interesses financeiros das Comunidades Europeias (JO C 316 de 27.11.1995, p. 48).

Queira inserir a sua resposta  Sim  Não

Data da condenação

Justificação

Quem foi condenado

Na medida em que tal seja estabelecido diretamente na condenação, qual a duração do período de exclusão?

Tomou medidas para demonstrar a sua própria fiabilidade («limpeza automática»)   
Sim  Não



Queira descrever essas medidas

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?  Sim  Não

URL

Código

Emitente

### **Infrações terroristas ou infrações relacionadas com atividades terroristas**

O operador económico ou qualquer pessoa que seja membro do seu órgão de administração, direção ou supervisão ou que tenha poderes de representação, decisão ou controlo nesse âmbito foi condenado por sentença transitada em julgado por infrações terroristas ou infrações relacionadas com atividades terroristas, objeto de uma condenação proferida há cinco anos, no máximo, ou de um período de exclusão estabelecido diretamente na condenação e que continua a ser aplicável? Na aceção dos artigos 1.º e 3.º da Decisão-Quadro do Conselho, de 13 de junho de 2002, relativa à luta contra o terrorismo (JO L 164 de 22.6.2002, p. 3). Este motivo de exclusão inclui também a instigação, a cumplicidade ou a tentativa de infração nos termos do artigo 4.º da referida decisão-quadro.

Queira inserir a sua resposta  Sim  Não

Data da condenação

Justificação

Quem foi condenado

Na medida em que tal seja estabelecido diretamente na condenação, qual a duração do período de exclusão?

Tomou medidas para demonstrar a sua própria fiabilidade («limpeza automática»)   
Sim  Não

Queira descrever essas medidas

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?  Sim  Não

URL

Código

Emitente

**Branqueamento de capitais ou financiamento do terrorismo**

O operador económico ou qualquer pessoa que seja membro do seu órgão de administração, direção ou supervisão ou que tenha poderes de representação, decisão ou controlo nesse âmbito foi condenado por sentença transitada em julgado por branqueamento de capitais ou financiamento do terrorismo, objeto de uma condenação proferida há cinco anos, no máximo, ou de um período de exclusão estabelecido diretamente na condenação e que continua a ser aplicável? Na aceção do artigo 1.º da Diretiva 2005/60/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de outubro de 2005, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo (JO L 309 de 25.11.2005, p. 15).

Queira inserir a sua resposta  Sim  Não

Data da condenação

Justificação

Quem foi condenado

Na medida em que tal seja estabelecido diretamente na condenação, qual a duração do período de exclusão?

Tomou medidas para demonstrar a sua própria fiabilidade («limpeza automática»)   
Sim  Não

Queira descrever essas medidas

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?  Sim  Não

URL

Código

Emitente

**Trabalho infantil e outras formas de tráfico de seres humanos**

O operador económico ou qualquer pessoa que seja membro do seu órgão de administração, direção ou supervisão ou que tenha poderes de representação, decisão ou controlo nesse âmbito foi condenado por sentença transitada em julgado por trabalho infantil e outras formas de tráfico de seres humanos, objeto de uma condenação proferida há cinco anos, no máximo, ou de um período de exclusão estabelecido diretamente na condenação e que continua a ser aplicável? Na aceção do artigo 2.º da Diretiva 2011/36/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de abril de 2011, relativa à prevenção e luta contra o tráfico de seres humanos e à proteção das vítimas, e que substitui a Decisão-Quadro 2002/629/JAI do Conselho (JO L 101 de 15.4.2011, p. 1).

Queira inserir a sua resposta  Sim  Não

Data da condenação

Justificação

Quem foi condenado

Na medida em que tal seja estabelecido diretamente na condenação, qual a duração do período de exclusão?

Tomou medidas para demonstrar a sua própria fiabilidade («limpeza automática»)

Sim  Não

Queira descrever essas medidas

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?  Sim  Não

URL

Código

Emitente

## B: Motivos relacionados com o pagamento de impostos ou de contribuições para a segurança social ▼

### O artigo 57.º, n.º 2, da Diretiva 2014/24/UE enumera os seguintes motivos de exclusão:

#### Pagamento de impostos

O operador económico violou as suas obrigações relativas ao pagamento de impostos, quer no país em que se encontra estabelecido, quer no Estado-Membro da autoridade ou entidade contratante, se este último for diferente desse país de estabelecimento?

Queira inserir a sua resposta  Sim  Não

País ou Estado-Membro em causa ---

Montante em causa ---

Este incumprimento das obrigações foi estabelecido por outros meios que não uma decisão judicial ou administrativa?  Sim  Não

Se o incumprimento das obrigações foi estabelecido através de uma decisão judicial ou administrativa, a mesma é final e vinculativa?  Sim  Não

Queira indicar a data da condenação ou da decisão

Em caso de condenação, e na medida em que seja determinado diretamente na mesma, indicar a duração do período de exclusão

Queira descrever os meios utilizados

O operador económico já cumpriu as suas obrigações, pagando ou celebrando um acordo vinculativo com vista a pagar os impostos ou as contribuições para a segurança social em atraso, incluindo, se for caso disso, eventuais juros vencidos ou multas?

Sim  Não

Queira descrever essas medidas

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?  Sim  Não

URL

Código

Emitente

### **Pagamento de contribuições para a segurança social**

O operador económico violou as suas obrigações relativas ao pagamento de contribuições para a segurança social, quer no país em que se encontra estabelecido, quer no Estado-Membro da autoridade ou da entidade contratante, se este último for diferente desse país de estabelecimento?

Queira inserir a sua resposta  Sim  Não

País ou Estado-Membro em causa ---

Montante em causa ---

Este incumprimento das obrigações foi estabelecido por outros meios que não uma decisão judicial ou administrativa?  Sim  Não

Se o incumprimento das obrigações foi estabelecido através de uma decisão judicial ou administrativa, a mesma é final e vinculativa?  Sim  Não

Queira indicar a data da condenação ou da decisão

Em caso de condenação, e na medida em que seja determinado diretamente na mesma, indicar a duração do período de exclusão

Queira descrever os meios utilizados

O operador económico já cumpriu as suas obrigações, pagando ou celebrando um acordo vinculativo com vista a pagar os impostos ou as contribuições para a segurança social em atraso, incluindo, se for caso disso, eventuais juros vencidos ou multas?

Sim  Não

Queira descrever essas medidas

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?  Sim  Não

URL

Código

Emitente

**C: Motivos relacionados com a insolvência, conflitos de interesses ou uma falta grave em matéria profissional** ▼

**O artigo 57.º, n.º 4, da Diretiva 2014/24/UE enumera os seguintes motivos de exclusão:**

**Violação das obrigações no domínio da legislação ambiental**

Tanto quanto é do seu conhecimento, infringiu o operador económico qualquer das suas obrigações por força da legislação ambiental? Tal como previsto para efeitos do presente concurso na legislação nacional, no anúncio ou na documentação do concurso relevante ou no artigo 18.º, n.º 2, da Diretiva 2014/24/UE.

Queira inserir a sua resposta  Sim  Não

Queira descrever essas medidas

Tomou medidas para demonstrar a sua própria fiabilidade («limpeza automática»)   
Sim  Não

Queira descrever essas medidas

**Violação das obrigações no domínio da legislação social**

Tanto quanto é do seu conhecimento, infringiu o operador económico qualquer das suas obrigações por força da legislação social? Tal como previsto para efeitos do presente concurso na legislação nacional, no anúncio ou na documentação do concurso relevante ou no artigo 18.º, n.º 2, da Diretiva 2014/24/UE.

Queira inserir a sua resposta  Sim  Não

Queira descrever essas medidas

Tomou medidas para demonstrar a sua própria fiabilidade («limpeza automática»)   
Sim  Não

Queira descrever essas medidas

**Violação das obrigações no domínio da legislação laboral**

Tanto quanto é do seu conhecimento, infringiu o operador económico qualquer das suas obrigações por força da legislação laboral? Tal como previsto para efeitos do presente concurso na legislação nacional, no anúncio ou na documentação do concurso relevante ou no artigo 18.º, n.º 2, da Diretiva 2014/24/UE.

Queira inserir a sua resposta  Sim  Não

Queira descrever essas medidas

Tomou medidas para demonstrar a sua própria fiabilidade («limpeza automática»)   
Sim  Não

Queira descrever essas medidas

### Falência

O operador económico encontra-se em situação de falência?

Queira inserir a sua resposta  Sim  Não

Queira descrever essas medidas

Indicar as razões pelas quais se encontra, apesar de tudo, em condições de executar o contrato. Não será necessário prestar estas informações se a exclusão dos operadores económicos neste caso foi tornada obrigatória por força do direito nacional aplicável, sem qualquer possibilidade de derrogação, embora o operador económico esteja em condições de executar o contrato.

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?  Sim  Não

URL

Código

Emitente

### Insolvência

O operador económico é objeto de um processo de insolvência ou de liquidação?

Queira inserir a sua resposta  Sim  Não

Queira descrever essas medidas

Indicar as razões pelas quais se encontra, apesar de tudo, em condições de executar o contrato. Não será necessário prestar estas informações se a exclusão dos operadores económicos neste caso foi tornada obrigatória por força do direito nacional aplicável, sem qualquer possibilidade de derrogação, embora o operador económico esteja em condições de executar o contrato.

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?  Sim  Não

URL

Código

Emitente

### Acordo com os credores

O operador económico celebrou um acordo com os seus credores?

Queira inserir a sua resposta  Sim  Não

Queira descrever essas medidas

Indicar as razões pelas quais se encontra, apesar de tudo, em condições de executar o contrato. Não será necessário prestar estas informações se a exclusão dos operadores económicos neste caso foi tornada obrigatória por força do direito nacional aplicável, sem qualquer possibilidade de derrogação, embora o operador económico esteja em condições de executar o contrato.

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?  Sim  Não

URL

Código

Emitente

### Situação análoga, como falência ao abrigo da legislação nacional

O operador económico encontra-se em alguma situação análoga, como uma situação de falência decorrente de um processo da mesma natureza nos termos da legislação e regulamentação nacionais?

Queira inserir a sua resposta  Sim  Não

Queira descrever essas medidas

Indicar as razões pelas quais se encontra, apesar de tudo, em condições de executar o contrato. Não será necessário prestar estas informações se a exclusão dos operadores económicos neste caso foi tornada obrigatória por força do direito nacional aplicável, sem qualquer possibilidade de derrogação, embora o operador económico esteja em condições de executar o contrato.

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?  Sim  Não

URL

Código

Emitente

### Ativos sob gestão por um liquidatário

Os ativos do operador económico estão a ser geridos por um liquidatário ou pelos tribunais?

Queira inserir a sua resposta  Sim  Não

Queira descrever essas medidas

Indicar as razões pelas quais se encontra, apesar de tudo, em condições de executar o contrato. Não será necessário prestar estas informações se a exclusão dos operadores económicos neste caso foi tornada obrigatória por força do direito nacional aplicável, sem qualquer possibilidade de derrogação, embora o operador económico esteja em condições de executar o contrato.

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?  Sim  Não

URL

Código

Emitente

### **Atividades suspensas**

As atividades do operador económico encontram-se suspensas?

Queira inserir a sua resposta  Sim  Não

Queira descrever essas medidas

Indicar as razões pelas quais se encontra, apesar de tudo, em condições de executar o contrato. Não será necessário prestar estas informações se a exclusão dos operadores económicos neste caso foi tornada obrigatória por força do direito nacional aplicável, sem qualquer possibilidade de derrogação, embora o operador económico esteja em condições de executar o contrato.

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?  Sim  Não

URL

Código

Emitente

### **Acordos com outros operadores económicos com o objetivo de distorcer a concorrência**

O operador económico celebrou acordos com outros operadores económicos com vista a distorcer a concorrência?

Queira inserir a sua resposta  Sim  Não

Queira descrever essas medidas



Tomou medidas para demonstrar a sua própria fiabilidade («limpeza automática»)

Sim  Não

Queira descrever essas medidas

### Falta grave em matéria profissional

O operador económico foi declarado culpado de uma falta grave em matéria profissional? Se for caso disso, ver as definições na legislação nacional, no anúncio relevante ou na documentação do concurso.

Queira inserir a sua resposta  Sim  Não

Queira descrever essas medidas

Tomou medidas para demonstrar a sua própria fiabilidade («limpeza automática»)

Sim  Não

Queira descrever essas medidas

### Conflitos de interesses decorrentes da participação no procedimento de contratação

O operador económico tem conhecimento de qualquer conflito de interesses, como tipificado na legislação nacional, no anúncio relevante ou na documentação do concurso, decorrentes da sua participação no procedimento de contratação?

Queira inserir a sua resposta  Sim  Não

Queira descrever essas medidas

### Intervenção direta ou indireta na preparação do presente procedimento de contratação

O operador económico ou uma empresa que lhe está associada aconselhou a autoridade ou entidade contratante ou participou de alguma outra forma na preparação do procedimento de contratação?

Queira inserir a sua resposta  Sim  Não

Queira descrever essas medidas

### Rescisão antecipada, indemnizações ou outras sanções comparáveis

O operador económico foi objeto de rescisão antecipada de um contrato público anterior, de um contrato anterior com uma entidade contratante ou de um contrato de concessão anterior ou ainda objeto de um pedido de indemnização ou de outras sanções comparáveis ao abrigo desse contrato anterior?

Queira inserir a sua resposta  Sim  Não

Queira descrever essas medidas

Tomou medidas para demonstrar a sua própria fiabilidade («limpeza automática»)

Sim  Não

Queira descrever essas medidas

**Culpado de falsas declarações, ocultou informações, não conseguiu fornecer os documentos exigidos e obteve informações confidenciais sobre o presente procedimento**

O operador económico já esteve numa das seguintes situações:

- a) Foi considerado culpado de falsas declarações ao prestar as informações requeridas para a verificação da inexistência de motivos de exclusão ou o cumprimento dos critérios de seleção,
- b) Ocultou essas informações,
- c) Não conseguiu apresentar sem demora os documentos comprovativos exigidos por uma autoridade contratante ou entidade contratante, e
- d) Diligenciou no sentido de influenciar indevidamente o processo de decisão pela autoridade ou entidade contratante para obter informações confidenciais suscetíveis de lhe conferir vantagens indevidas no concurso nem de prestar, por negligência, informações deturpadas suscetíveis de influenciar de forma determinante decisões de exclusão, seleção ou adjudicação?

Queira inserir a sua resposta  Sim  Não

**D: Motivos de exclusão puramente nacionais ▼****São aplicáveis os motivos de exclusão puramente nacionais especificados no anúncio relevante ou nos documentos do concurso?****Motivos de exclusão puramente nacionais**

Outros motivos de exclusão que podem ser previstos pela legislação nacional do Estado-Membro da autoridade ou entidade contratante. São aplicáveis os motivos de exclusão puramente nacionais especificados no anúncio relevante ou nos documentos do concurso?

Queira inserir a sua resposta  Sim  Não

Queira descrever essas medidas

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?  Sim  Não

URL

Código

Emitente

**Parte IV: Critérios de seleção****A: Adequação ▼****O artigo 58.º, n.º 2, da Diretiva 2014/24/UE enumera os seguintes critérios de seleção****Inscrição num registo comercial**

Está inscrito em registos comerciais mantidos no seu Estado-Membro de estabelecimento, como descrito no anexo XI da Diretiva 2014/24/UE; os operadores económicos de alguns Estados-Membros podem ter de respeitar outros requisitos estabelecidos no referido anexo.

Queira inserir a sua resposta  Sim  Não

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?  Sim  Não

URL

Código

Emitente

## Terminar

### Parte VI: Declarações finais ▼

O(s) abaixo assinado(s) declara(m) sob compromisso de honra que as informações apresentadas nas partes II - V são exatas e corretas, tendo sido prestadas com conhecimento das consequências de prestar falsas declarações.

O(s) abaixo assinado(s) declara(m) sob compromisso de honra que pode(m) mediante pedido e sem demora, fornecer os certificados ou outros documentos comprovativos referidos, salvo quando:

a) A autoridade ou entidade contratante disponha da possibilidade de obter diretamente os documentos comprovativos em causa mediante a consulta gratuita de uma base de dados nacional de qualquer Estado-Membro (desde que o operador tenha fornecido as informações (endereço Web, autoridade ou organismo emite, referência exata da documentação) necessárias para permitir que a autoridade ou entidade contratante o faça. Quando necessário, este elemento deverá ser acompanhado das autorizações de acesso exigidas), ou

b) a partir de 18 de outubro de 2018, o mais tardar (dependendo da transposição para a legislação nacional do artigo 59.º, n.º 5, alínea b), da Diretiva 2014/24/UE), a autoridade ou entidade contratante já disporá dos documentos em causa

O(s) abaixo-assinado(s) autoriza(m) expressamente a/o [identificar a autoridade ou entidade contratante, conforme indicada na parte I, secção A], a ter acesso aos documentos comprovativos das informações prestadas na [identificar a parte/secção/ponto(s) em causa] do presente Documento Europeu Único de Contratação Pública para efeitos do [identificar o procedimento de contratação: (breve descrição, referência da publicação no Jornal Oficial da União Europeia, número de referência)].

Data, local e, quando exigido ou necessário, assinatura(s):

Data

Local

Assinatura

## ANEXO II

### MODELO DE GUIA DE DEPÓSITO

Vai \_\_\_\_\_ (*nome do adjudicatário*), com sede em \_\_\_\_\_ (*morada*), pessoa coletiva n.º \_\_\_\_\_, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de \_\_\_\_\_ sob o n.º \_\_\_\_\_, com o capital social de \_\_\_\_\_, depositar na \_\_\_\_\_ (*sede, filial, agência ou delegação*) da \_\_\_\_\_ (*Instituição*) a quantia de \_\_\_\_\_ Euros (\_\_\_\_\_ Euros), \_\_\_\_\_ (*em dinheiro ou representada por*), \_\_\_\_\_, como caução exigida para \_\_\_\_\_ (*identificação do procedimento*), para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 88º do Código dos Contratos Públicos. Este depósito fica à ordem da Autoridade Tributária e Aduaneira, a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

Data...

Assinatura,

### ANEXO III

#### MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA

Em nome e a pedido de \_\_\_\_\_ (*adjudicatário*), com sede em \_\_\_\_\_ (*morada*), pessoa coletiva n.º \_\_\_\_\_, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de \_\_\_\_\_ sob o n.º \_\_\_\_\_, com o capital social de \_\_\_\_\_, vem o Banco \_\_\_\_\_, com sede em \_\_\_\_\_, com capital social de \_\_\_\_\_, registo na Conservatória do Registo Comercial de \_\_\_\_\_, sob o n.º \_\_\_\_\_, de \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_, declarar prestar a favor da Autoridade Tributária e Aduaneira, sita na Rua da Prata, N.º 20 e 22 – 1149 – 027 em Lisboa, uma Garantia Bancária autónoma, irrevogável no valor de \_\_\_\_\_ Euros (\_\_\_\_\_ Euros) correspondente à caução de 5% de \_\_\_\_\_ Euros (valor da adjudicação), prevista no Programa de Concurso/Convite para a adjudicação \_\_\_\_\_ (*identificação do objeto do procedimento*), destinada a garantir o bom e integral cumprimento de todas e quaisquer obrigações emergentes da adjudicação.

Assim, por força desta Garantia, obriga-se este Banco a pagar à Autoridade Tributária e Aduaneira, sem interferência da garantida e observando o montante acima estabelecido sem que a Autoridade Tributária e Aduaneira, tenha de justificar o pedido e sem que o Banco possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato acima identificado ou com o cumprimento das obrigações que a garantida assume com a celebração do contrato, as importâncias que a Autoridade Tributária e Aduaneira, lhe solicite, sendo-lhe vedado deixar de o fazer sob qualquer pretexto ou fundamento, bem como a responder, respeitando o mesmo montante, pelas despesas decorrentes da medida judicial a que aquela entidade porventura se veja obrigada a recorrer para demandar a observância dos seus direitos.

O Banco deve pagar as quantias solicitadas pela Autoridade Tributária e Aduaneira, no prazo de 10 dias úteis ao do pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações ativas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por este.

A presente Garantia autónoma não pode em qualquer circunstância ser denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção nos termos do contrato e da legislação aplicável.

Assegura o Banco, outrossim, que o compromisso aqui assumido satisfaz plenamente as exigências e determinações da legislação portuguesa que é a aplicável e em especial a legislação bancária, sendo o foro do Tribunal da Comarca de Lisboa o competente para dirimir quaisquer questões relativas à presente Garantia, com expressa renúncia a qualquer outro.

Finalmente, declaram os signatários da presente que o Banco e estes estão regularmente autorizados a prestar Garantia Bancária desta natureza, consoante disposição do Estatuto Social do Banco.

É pois de \_\_\_\_\_ Euros(\_\_\_\_\_ Euros), o valor da presente Garantia.

Data

Assinaturas (Reconhecidas na qualidade)

## ANEXO IV

### MODELO DE SEGURO - CAUÇÃO

A companhia de seguros \_\_\_\_\_, com sede em \_\_\_\_\_ (*morada*), matriculada na Conservatória do Registo Comercial de \_\_\_\_\_, com o capital social de \_\_\_\_\_, presta a favor da Autoridade Tributária e Aduaneira, com sede na Rua da Prata, N.º 20 e 22 – 1149 – 027 em Lisboa, e ao abrigo de contrato de seguro caução celebrado com \_\_\_\_\_ (*tomador do seguro*), garantia à primeira solicitação, no valor de \_\_\_\_\_ Euros (\_\_\_\_\_ euros) correspondente à caução de 5% prevista no programa de concurso/convite destinada a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que \_\_\_\_\_ (*empresa adjudicatária*) com sede em \_\_\_\_\_, pessoa coletiva n.º \_\_\_\_\_, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de \_\_\_\_\_ sob o n.º \_\_\_\_\_, com o capital social de \_\_\_\_\_, assumirá no contrato que com ela a Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), vai outorgar e que tem por objeto \_\_\_\_\_ (*designação do objeto do procedimento*), regulada nos termos da legislação aplicável (Código dos Contratos Públicos).

A companhia de seguros obriga-se a pagar aquela quantia nos 5 (cinco) dias úteis seguintes à AT, sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que a primeira possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que \_\_\_\_\_ (*empresa adjudicatária*) assume com a celebração do respetivo contrato.

A companhia de seguros não pode opor à AT, quaisquer exceções relativas ao contrato de seguro-caução celebrado entre esta e o tomador de seguro.

A presente garantia não pode em qualquer circunstância ser revogada ou denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção ou cancelamento, nos termos previstos no contrato e na legislação aplicável. (Código dos Contratos Públicos).

O presente seguro-caução rege-se pela legislação portuguesa, sendo o foro do Tribunal da Comarca de Lisboa o competente para dirimir quaisquer questões dele emergentes, com expressa renúncia a qualquer outro.

Data

Assinaturas (Reconhecidas na qualidade)